



GÊNERO

# A SUJEIÇÃO DAS MULHERES<sup>1</sup>

**John Stuart Mill**

O objetivo deste ensaio é expor, tão claramente quanto me seja possível, os fundamentos de uma opinião que sustento desde a época em que comecei a formular as primeiras opiniões sobre questões sociais ou políticas, e que, ao invés de ter-se enfraquecido ou modificado, vem constantemente se tornando mais forte com o desenvolvimento da reflexão e com a vivência: a saber, que o princípio que regula as relações sociais entre os dois sexos – a subordinação legal de um sexo ao outro – é errado em si mesmo, e que é hoje um dos principais obstáculos ao progresso humano, e que deveria ser substituído por um princípio de perfeita igualdade que não reconhecesse poder ou privilégio de um lado nem inferioridade do outro.

As próprias palavras necessárias para expressar a tarefa a que me propus demonstram sua dificuldade. Mas seria um erro supor que a dificuldade do caso estivesse na insuficiência ou na obscuridade dos fundamentos racionais sobre os quais se assenta minha convicção. A dificuldade é a mesma que há em todos os casos em que temos de enfrentar toda uma profusão de sentimentos. Na medida em que uma opinião se encontra fortemente enraizada nos sentimentos, a existência de uma sólida argumentação a ela contrária não apenas não a enfraquece como a torna mais forte. Isto porque, se ela fosse aceita como resultado de argumentação, a refutação do argumento poderia abalar a solidez da convicção; mas quando se assenta apenas no sentimento, quanto pior se sair na argumentação, mais persuadidos ficam seus partidários de que seus sentimentos devem ter alguma base mais profunda, que os argumentos não atingem; e enquanto durar, o sentimento fica sempre erigindo novas trincheiras de argumentos para reparar qualquer brecha aberta na argumentação anterior. E existem tantas causas que tendem a fazer dos sentimentos relacionados a este assunto os mais intensos e mais profundamente enraizados de todos aqueles que se acumulam em torno de velhas instituições e costumes, e os protegem, que não devemos nos espantar de ainda constatar que o progresso da grande transição espiritual e social moderna abalou-os e enfraqueceu-os menos do que a quaisquer outros; tampouco supor que os barbarismos a que os homens se apegam por mais tempo sejam menos bárbaros do que aqueles dos quais se descartam mais cedo.

Sob todos os aspectos, o ônus é pesado para aqueles que atacam uma opinião quase universal. Precisam ser muito afortunados e também inusitadamente capazes para conseguirem, pelo menos, uma oportunidade de serem ouvidos, além de terem mais dificuldades em conseguir um julgamento que quaisquer outros litigantes em obter um veredicto. Se afinal conseguem ser ouvidos, são submetidos a uma série de exigências lógicas totalmente diferentes daquelas exigidas de outras pessoas. Em todos os outros casos, supõe-se que o ônus da prova esteja com a proposição afir-

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006* **181**



## GÊNERO

mativa. Se uma pessoa é acusada de assassinato, cabe àqueles que a acusam dar provas de sua culpa, e não a ela própria provar sua inocência. Se existe uma diferença de opiniões quanto à veracidade de qualquer pretenso evento histórico, no qual os sentimentos das pessoas em geral não estão muito envolvidos, como o cerco de Tróia, por exemplo, exige-se que aqueles que sustentam que o evento aconteceu mostrem suas provas, antes que se peça que os que sustentam a opinião contrária digam qualquer coisa; e em nenhum momento se exige que estes façam mais que demonstrar que as evidências exibidas por aqueles não têm nenhum valor. Mais uma vez, em questões práticas, supõe-se que o ônus da prova esteja com aqueles que são contra a liberdade; que lutam por qualquer tipo de restrição ou proibição; ou por qualquer limitação da liberdade geral de ação, ou por qualquer interdição ou desigualdade de prerrogativas que afete uma pessoa, ou categoria de pessoas, em oposição a outras. A presunção *a priori* é a favor da liberdade e da imparcialidade. Considera-se que não deveria haver restrição que não fosse exigida pelo bem comum, e que a lei não deveria particularizar pessoas, mas sim tratar a todos por igual, salvo quando a diferença de tratamento fosse exigida por motivos positivos, quer de justiça ou de política. Mas aqueles que sustentam a opinião que eu professo não terão o benefício de nenhuma dessas regras. De nada adianta eu dizer que aqueles que sustentam a doutrina de que os homens têm o direito de comandar e as mulheres o dever de obedecer, ou que os homens estão capacitados para governar e as mulheres não, estão do lado afirmativo da questão, e que estão obrigados a apresentar provas positivas de suas afirmativas, ou então aceitar sua rejeição. Também de nada adianta eu dizer que aqueles que negam às mulheres qualquer liberdade ou privilégio com justiça permitidos aos homens, tendo contra si a dupla presunção de que estão se opondo à liberdade e recomendando a parcialidade, devem apresentar as provas mais cabais de sua causa, e que a menos que seu êxito seja tal que exclua toda e qualquer dúvida, o veredicto deve ser contra eles. Julgar-se-ia que estas alegações são boas em qualquer causa comum; mas não serão encaradas assim neste caso. Antes que eu possa ter esperança de ter qualquer influência, exige-se que eu não só responda a tudo o que já foi dito por aqueles que defendem a posição contrária, mas que imagine tudo que possa ser dito por eles – descubra seus raciocínios, assim como responda a tudo que eu descobrir: e além de refutar todos os argumentos da proposição afirmativa, terei de dar argumentos positivos irrespondíveis para provar uma proposição negativa. E mesmo que eu pudesse fazer tudo isto, e deixasse o lado oponente com a avalanche de argumentos contra eles sem respostas, e eles não conseguissem refutar nenhum dos meus, achariam que havia feito pouco; pois numa causa apoiada por um lado por uso universal e, por outro, por uma grande preponderância de sentimento popular, supõe-se que tenha uma opinião a seu favor superior a qualquer convicção que um apelo à razão possa produzir em quaisquer intelectos que não os superiores.

Não menciono estas dificuldades para me queixar delas; primeiramente porque seria inútil; não há como evitá-las quando se tem de apelar para o discernimento das pessoas contra a hostilidade dos sentimentos e tendências comuns. E, realmen-

---

**182** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006



## GÊNERO

te, o discernimento da maioria das pessoas teria de ser muito mais bem cultivado do que jamais o foi, para que se pudesse delas exigir tal confiança em seu próprio poder de avaliar argumentos, a ponto de abandonarem os princípios usuais com os quais nasceram e cresceram, e que são o fundamento de grande parte da ordem existente no mundo, diante da primeira discussão à qual não fossem capazes de resistir usando lógica. Portanto, não as censuro por confiarem tão pouco na argumentação, e sim por terem fé em demasia nos costumes e nos sentimentos comuns. Um dos preconceitos característicos da reação do século XIX ao século XVIII é conceder aos elementos irracionais da natureza humana a infalibilidade que se supõe que o século XVIII tenha imputado aos elementos racionais. Substituímos a apoteose da Razão pela do Instinto; e chamamos de instinto a tudo que encontramos em nós mesmos e para o que não conseguimos encontrar nenhum fundamento racional. Esta idolatria, infinitamente mais degradante que a outra, e a mais perniciosa das falsas devoções dos dias de hoje, das quais ela é agora o principal sustentáculo, provavelmente manterá sua posição até ceder ante uma sólida psicologia que revele a verdadeira origem de grande parte do que é venerado como intenção da Natureza e vontade de Deus. No que diz respeito a essa questão, estou disposto a aceitar as condições desfavoráveis que o preconceito me impõe. Concordo que o costume estabelecido e o sentimento comum sejam julgados como conclusivos contra mim, a menos que se possa mostrar que costume e sentimento, em todas as épocas, deveram sua existência a outras causas que não sua sensatez, e retiraram sua força do que há de pior, e não de melhor, na natureza humana. Aceito que o veredicto seja contra mim, a menos que eu possa demonstrar que meu juiz foi subornado. A concessão não é tão grande quanto possa parecer, já que provar estas asserções é de longe a parte mais fácil de minha tarefa.

A universalidade de uma prática, em alguns casos, é uma forte presunção de que esta leve, ou que ao menos já tenha levado, a fins louváveis. Este é o caso quando a prática foi adotada, ou posteriormente mantida, como um meio para tais fins, e se baseava na experiência da modalidade pela qual os fins poderiam ser alcançados mais eficazmente. Se a autoridade dos homens sobre as mulheres, quando estabelecida, pela primeira vez tivesse sido o resultado de uma comparação conscienciosa entre as várias modalidades de se constituir a organização da sociedade; se, após se haver tentado várias outras modalidades de organização social – o domínio das mulheres sobre os homens, a igualdade entre os dois, e as modalidades mistas que porventura fossem inventadas – se houvesse decidido, com base no testemunho da experiência, que a modalidade na qual as mulheres estão totalmente sob o domínio dos homens, sem nenhuma participação nos assuntos públicos, cada uma delas em particular sob a obrigação legal de obedecer ao homem ao qual associou seu destino, fosse a organização que melhor levasse à felicidade e ao bem-estar de ambos, então sua adoção universal poderia ser vista, justificadamente, como uma possível prova de que, na época em que foi adotada, era a melhor; embora, mesmo assim, as considerações que a recomendaram, como em tantos outros fatos sociais primitivos da maior importância, possam ter subseqüentemente, com o passar do

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006* **183**



## GÊNERO

tempo, deixado de existir. Mas a situação do caso em pauta é, sob todos os aspectos, oposta. Em primeiro lugar, a opinião a favor do sistema em apreço, que subordina o sexo mais fraco ao mais forte, fundamenta-se apenas na teoria, visto que nunca se tentou qualquer outro sistema, de tal modo que não se pode pretextar que a experiência, no sentido corriqueiro daquilo que se opõe à teoria, tenha proferido qualquer veredicto. E, em segundo lugar, a adoção deste sistema de desigualdades nunca foi o resultado de deliberação, nem de previsão, nem de quaisquer idéias sociais, nem de qualquer noção de que levaria ao benefício da humanidade ou à boa organização da sociedade. Surgiu apenas do fato de que desde o alvorecer da sociedade humana, cada mulher (devido ao valor a ela atribuído pelos homens, juntamente com sua inferioridade em força muscular) se encontrava em estado de submissão a algum homem. As leis e os sistemas sociais sempre começam por reconhecer as relações já existentes entre os indivíduos. Convertem o que era um simples fato físico em um direito legal, dão-lhe a sanção da sociedade, e principalmente visam à substituição dos conflitos de força física, que não conhecem regra ou lei, por meios públicos e organizados de afirmar e proteger esses direitos. Aqueles que já haviam sido compelidos à obediência se tornaram, desta forma, a ela submissos por lei. A escravidão, antes simples questão de força entre senhor e escravo, foi regulamentada e se transformou em um acordo entre os senhores que, unindo-se para sua proteção comum, garantiam por sua força coletiva suas posses particulares, incluindo seus escravos. Nos tempos mais antigos, a grande maioria dos indivíduos do sexo masculino era de escravos, assim como a totalidade dos indivíduos do sexo feminino. E muitos séculos se passaram, alguns de grande cultura, até que algum pensador tivesse audácia suficiente para questionar a legitimidade e a absoluta necessidade social de uma dessas formas de escravidão. Gradualmente tais pensadores apareceram e (com a ajuda do progresso geral da sociedade), a escravidão dos indivíduos do sexo masculino, pelo menos em todos os países da Europa cristã (embora, em um deles, somente nos últimos anos), foi finalmente abolida, e a dos indivíduos do sexo feminino foi gradualmente transformada numa forma mais branda de dependência. Mas essa dependência, tal como existe hoje em dia, não é uma instituição original, que se tenha iniciado a partir de considerações de justiça e utilidade social – é a condição primitiva de escravidão que perdura após sucessivos abrandamentos e modificações ocasionados pelas mesmas causas que suavizaram os costumes gerais, e que colocaram todas as relações humanas progressivamente sob um maior controle da justiça e da influência da humanidade. Ela não perdeu a nódoa de sua origem cruel. Não se pode, portanto, concluir nada a seu favor a partir do fato de sua existência. A única conclusão a favor que se poderia ter seria aquela baseada na sua duração até os dias de hoje, quando tantas outras coisas que se originaram da mesma fonte odiosa foram descartadas. E é isto, na verdade, o que torna estranho, para a maioria das pessoas, ouvir a afirmação de que a desigualdade de direitos entre homens e mulheres não tem outra origem que não a lei do mais forte.

Se esta afirmação parece paradoxal, em parte isto se deve ao progresso da civilização e ao aperfeiçoamento dos sentimentos morais da humanidade. Hoje vive-

---

**184** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006



## GÊNERO

mos – ou melhor, uma ou duas das nações mais desenvolvidas do mundo vivem – numa condição em que a lei do mais forte parece estar completamente abandonada enquanto princípio regulador do mundo: ninguém a professa, e, no que diz respeito à maioria das relações entre seres humanos, a ninguém se permite praticá-la. Quando alguém consegue fazê-lo, é sob algum pretexto que lhe permita dar a impressão de estar agindo em prol de algum interesse social. Sendo assim, aparentemente, o estado das coisas, as pessoas se congratulam por não imperar mais a lei do mais forte, por ela não poder se constituir na razão de ser de nada que tenha continuado a funcionar plenamente até a época atual. Qualquer que tenha sido o início das nossas instituições atuais, julga-se que estas só podem ter sido preservadas até esta época de civilização avançada por uma convicção bem fundamentada de que as mesmas se adaptam bem à natureza humana, e que conduzem ao bem universal. Não compreendem a grande vitalidade e durabilidade das instituições que colocaram o direito ao lado da força, com que intensidade elas são abraçadas; o modo como tanto as boas quanto as más tendências e convicções daqueles que detêm o poder se identificam com sua manutenção; a lentidão com que essas más instituições desaparecem, uma de cada vez, as mais fracas primeiro, começando por aquelas que estão menos interligadas aos hábitos cotidianos da vida; e que muito raramente aqueles que conseguiram o poder legal por terem tido primeiro o poder derivado da força física perdem o controle antes que este se passe para o outro lado. Esse deslocamento da força física não aconteceu no caso das mulheres; isto, juntamente com todas as características específicas deste caso particular, assegurou desde o início que este ramo do sistema do direito fundamentado na força, embora abrandado em seus aspectos mais atrozes em um período mais antigo do que muitos dos outros ramos, seja o último a desaparecer. Era inevitável que este caso de relação social fundamentado na força sobrevivesse a sucessivas instituições baseadas na igualdade, uma exceção quase única ao caráter geral de suas leis e costumes; mas que, na medida em que não declara sua própria origem, e como a discussão não trouxe à tona seu verdadeiro caráter, não é considerado distoante da civilização moderna, assim como a escravidão doméstica entre os gregos não conflitava com sua noção de si mesmos como homens livres.

A verdade é que as pessoas da atual e das últimas duas ou três gerações perderam toda a noção do que era a condição primitiva da humanidade; e só os poucos que estudaram História detalhadamente, ou que visitaram as partes do mundo habitadas por representantes vivos de eras passadas, são capazes de formar uma imagem mental do que era a sociedade de então. As pessoas não se dão conta de que, em épocas passadas, a lei do mais forte era a única regra da vida; de que esta lei era reconhecida pública e abertamente – não digo cínica ou vergonhosamente porque estas palavras implicam que havia algo de que se envergonharem, e um conceito destes não poderia encontrar lugar na mente de qualquer pessoa que vivesse naquelas épocas, com exceção de algum filósofo ou santo. A História dá uma visão cruel da natureza humana, ao mostrar que o respeito devido à vida, aos bens, e a toda a felicidade terrena de qualquer classe de pessoas, era rigorosamente medido por aquilo

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006* **185**

## GÊNERO

que tais pessoas tinham o poder de impor; que todos que opunham qualquer resistência às autoridades armadas, por mais terrível que fosse a provocação, tinham contra si não só a lei da força mas também todas as outras leis, e todos os conceitos de responsabilidade social; e que, aos olhos daqueles a quem resistiam, eram não só culpados de crime, mas do pior de todos os crimes, que merecia a punição mais cruel que os seres humanos pudessem infligir. A primeira vez que um superior se sentiu no dever de reconhecer o direito de um inferior ocorreu quando aquele foi induzido, por conveniência, a fazer alguma promessa a este. Embora essas promessas, mesmo quando sancionadas pelos juramentos mais solenes, por muitos séculos fossem revogadas ou violadas à menor provocação ou tentação, é possível que isto, exceto no caso de pessoas de moral ainda pior que a média, quase sempre provocasse dores na consciência. As repúblicas clássicas, em sua maioria baseadas desde o início em algum tipo de pacto mútuo, ou pelo menos formadas por uma união de pessoas de poder não muito desigual, proporcionaram, em conseqüência, o primeiro exemplo de um conjunto de relações humanas protegidas e colocadas sob o domínio de outra lei que não a da força. E embora a lei da força original permanecesse em pleno vigor entre eles e seus escravos, e também (exceto na medida em que era limitada pelo pacto explícito) entre a comunidade e seus súditos, ou outras comunidades independentes, a revogação daquela lei primitiva, ainda que de um campo tão estreito, deu início à regeneração da natureza humana, ao originar sentimentos que a experiência logo demonstrou serem de imenso valor mesmo para interesses materiais, e que doravante bastava serem estendidos e não criados. Embora os escravos não fizessem parte da comunidade, foi nos estados livres que pela primeira vez se pensou que eles tinham direitos como seres humanos. Os estóicos foram, creio eu, os primeiros (exceto na medida em que a lei judaica constitui uma exceção) a ensinar como parte da moral que os homens tinham obrigações morais para com seus escravos. Ninguém, depois da ascensão do cristianismo, poderia jamais desconhecer esta crença, em teoria; e, após a ascensão da Igreja Católica, esta crença nunca deixou de ter quem a defendesse. No entanto, colocá-la em vigor foi a tarefa mais árdua que o cristianismo já teve de realizar. A Igreja lutou neste sentido por mais de mil anos, com quase nenhum resultado perceptível. Não foi por falta de poder sobre a mente dos homens. Seu poder era prodigioso. Ela pôde fazer com que reis e nobres renunciassem a suas posses mais estimadas para enriquecer a Igreja. Pôde fazer com que milhares de pessoas, na plenitude da vida e no auge das vantagens mundanas, se enclausurassem em conventos para buscar sua salvação através da pobreza, da abstinência e da oração. Pôde enviar centenas de milhares de pessoas pelos mares e terras, Europa e Ásia, para darem suas vidas pela libertação do Santo Sepulcro. Pôde fazer reis renunciarem a esposas que eram objeto de profunda afeição porque a Igreja afirmava estarem dentro do sétimo grau de parentesco (por nossos cálculos, do décimo quarto). Tudo isto o poder da Igreja fez, mas não pôde fazer com que os homens lutassem menos entre si, nem que tiranizassem com menos crueldade os servos, e, quando podiam, os burgueses. Não pôde fazer com que as pessoas renunciassem a nenhuma das duas aplicações de força: força militante e força triunfante. Isto as pessoas nunca puderam ser induzidas a fazê-lo senão quan-

---

**186** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006*



## GÊNERO

do foram elas próprias coagidas por uma força superior. Só pelo crescente poder dos reis é que se pôs fim a todo tipo de luta exceto o conflito entre os reis ou os concorrentes à realeza; só com o crescimento de uma burguesia rica e belicosa nas cidades fortificadas, e de uma infantaria plebéia que se revelou mais poderosa no campo de batalha do que a cavalaria indisciplinada, é que a tirania insolente dos nobres sobre a burguesia e o campesinato foi de certa forma reduzida. Esta tirania ainda persistiu não apenas até o momento em que os oprimidos adquiriram um poder que lhes permitisse conseguir uma vingança patente mas também muito tempo depois; e no continente esse estado de coisas ainda persistiu até a época da Revolução Francesa, embora na Inglaterra as classes democráticas, organizadas há mais tempo e de modo melhor, puseram um fim a essa situação antes, com o estabelecimento de leis iguais e instituições nacionais livres.

Se a maioria das pessoas está tão pouco inteirada de que, durante a maior parte da duração de nossa espécie, a lei da força era a regra confessa de conduta universal, sendo qualquer outra apenas uma conseqüência especial e excepcional de relações peculiares – e de que é de data muito recente a pretensão de que os assuntos da sociedade em geral sejam regulados de acordo com leis morais; de quão pouco as pessoas se lembram ou imaginam como instituições e costumes que nunca tiveram nenhum fundamento, mas a lei da força, persistam até épocas em que o consenso geral jamais teria permitido o seu estabelecimento inicial. Há menos de 40 anos, os ingleses ainda podiam por lei manter seres humanos em cativeiro como propriedade negociável; neste século, podiam seqüestrá-los e pô-los para trabalhar literalmente até a morte. Esse caso extremo da lei da força, condenado por aqueles que toleram quase qualquer outra forma de poder arbitrário, e que, de todos, apresenta características as mais revoltantes aos sentimentos de todos que o analisam de uma posição imparcial, era a lei da Inglaterra civilizada e cristã numa época que permanece na memória das pessoas ainda vivas; e em metade da América anglo-saxônica, três ou quatro anos atrás, não só a escravidão existia como o tráfico de escravos, e a procriação destes expressamente para este fim, era uma prática comum nos Estados escravocratas. No entanto, não apenas havia opiniões mais fortes contra esta prática, como também pelo menos na Inglaterra menos sentimentos e interesses a favor dela, do que a respeito de qualquer outro dos abusos usuais da força, porque sua motivação era o amor ao lucro, puro e sem disfarce; e aqueles que lucravam com ela eram uma fração muito pequena do país, enquanto que o sentimento natural de todos que não estavam pessoalmente interessados era de total repulsa. Um caso tão extremo torna quase supérflua a referência a qualquer outro; porém consideremos a longa duração da monarquia absoluta. Na Inglaterra, hoje, a convicção quase geral é a de que o despotismo militar é um caso de lei da força, que não tem outra origem nem justificativa. No entanto, em todas as grandes nações da Europa, exceto na Inglaterra, ele, ou ainda existe, ou apenas recentemente foi abolido, havendo mesmo hoje uma forte facção que lhe é favorável em todas as camadas da população, especialmente entre pessoas de posição e importância. Assim é o poder de um sistema estabelecido, mesmo quando longe de ser universal; embora

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006* **187**



## GÊNERO

não apenas em quase todos os períodos da História, tem havido exemplos bem conhecidos do sistema contrário, como também estes têm sido quase sempre dados pelas comunidades mais ilustres e mais prósperas. Neste caso, também, aquele que possui o poder ilegítimo, a pessoa diretamente interessada nele é apenas uma, enquanto que aqueles que lhe estão sujeitos, e sofrem por causa dele, são literalmente todo o resto. O jugo é natural e forçosamente humilhante para todas as pessoas, exceto para aquela que está no trono, juntamente com, no máximo, aquela que espera vir a ocupá-lo. Como estes casos são diferentes dos do poder dos homens sobre as mulheres! Não estou agora prejulgando a questão de ser este justificável ou não. Estou mostrando que ele só poderia ser muito mais duradouro, ainda que não justificável, do que essas outras dominações que, no entanto, duraram até nossos dias. Qualquer que seja a gratificação pessoal existente na detenção do poder, e qualquer interesse pessoal em seu exercício, neste caso não se restringe a uma classe limitada, mas é comum a todos os indivíduos do sexo masculino. Em vez de ser, para maioria de seus adeptos, uma coisa desejável, principalmente de forma abstrata, ou, como os fins políticos geralmente disputados por indivíduos facciosos, é de pouca importância particular para todos, a não ser para os líderes; ele afeta a pessoa e o lar de todo chefe de família e a todos que esperam vir a sê-lo. O camponês exerce, ou está prestes a exercer, seu quinhão de poder tanto quanto o mais poderoso nobre. E é nesse caso que o desejo de poder é mais forte: pois todo aquele que deseja o poder, deseja exercê-lo principalmente sobre aqueles que lhe estão mais próximos, com quem passa a sua vida, com quem tem mais interesses em comum, e em quem a independência em relação a sua autoridade mais freqüentemente pode interferir em suas preferências individuais. Se, nos outros casos mencionados, o poder manifestante baseado apenas na força, e com muito menos a sustentá-los, só é descartado lentamente e com tanta dificuldade, com muito mais razão isto se dá neste caso, mesmo se ele não se baseia em nenhum fundamento melhor que o dos outros. Devemos ter em conta, também, que os detentores do poder têm meios, neste caso, mais poderosos do que em qualquer outro, de evitar qualquer insurreição contra eles. Cada uma das vassalvas vive sob completa vigilância e, quase, poder-se-ia dizer, nas mãos de um dos senhores, em maior intimidade com ele do que com qualquer uma das suas companheiras de sujeição, sem quaisquer meios de se unirem contra ele, sem qualquer poder de subjugá-lo mesmo em nível local, e, por outro lado, com os motivos mais fortes para tentar cair nas suas graças e evitar ofendê-lo. Nas lutas por emancipação política, todos sabem como é freqüente que seus paladinos sejam subornados ou aterrorizados. No caso das mulheres, cada um dos indivíduos da classe subjugada se encontra num estado crônico de suborno e intimidação. Para opor resistência, um grande número das líderes, e ainda maior de seguidoras, tem de fazer um sacrifício quase completo dos prazeres e dos paliativos de que usufruem. Se jamais nenhum outro sistema de privilégios e sujeição forçada impôs jugo tão absoluto àqueles que domina, este o fez. Ainda não demonstrei que é um sistema errado; mas quem quer que seja capaz de analisar o assunto sem dúvida verá que, mesmo que o seja, estava fadado a durar mais que todas as outras formas de autoridade injusta. E considerando que algumas das outras formas mais brutais ain-

---

**188** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006*



## GÊNERO

da existem em muitos países civilizados, e só recentemente foram abolidas em outros, seria estranho se aquela, que é a mais profundamente enraizada, já houvesse sido sensivelmente abalada. Há mais razão ainda para se estranhar que os protestos e testemunhos contra ela tenham sido tão numerosos e tão fortes como o são.

Alguns objetarão que não é justo fazer uma comparação entre o domínio do sexo masculino e as formas de poder injusto que mencionei a título de ilustração, já que estas são arbitrárias e resultado de mera usurpação, enquanto que aquele, pelo contrário, é natural. Mas terá havido qualquer dominação que não parecesse natural àqueles que a exerciam? Houve épocas em que a divisão da humanidade em duas classes, uma pequena de senhores, e uma numerosa de escravos, parecia, mesmo para as mentes mais refinadas, ser uma condição natural, e única, da espécie humana. Ninguém menos que Aristóteles, que tanto contribuiu para o progresso do pensamento humano, sustentava esta opinião sem dúvidas ou escrúpulos; e a fundamentava nas mesmas premissas em que geralmente se baseiam as afirmativas a respeito do domínio dos homens sobre as mulheres, ou seja, a de que existem diferentes naturezas no seio da humanidade, as naturezas livres e as escravas; de que os gregos eram de natureza livre, e as raças bárbaras dos trácios e asiáticos, de natureza escrava. Mas por que devo remontar a Aristóteles? Não defendiam os proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos a mesma doutrina, com todo o fanatismo com o qual os homens se apegam às teorias que justificam suas paixões e legitimam seus interesses pessoais? Não tomavam o céu e a terra por testemunhas de que o domínio do branco sobre o negro é natural, de que a raça negra é por natureza inabilitada para a liberdade, e destinada à escravidão? Alguns indo até ao ponto de dizer que a liberdade dos trabalhadores braçais é antinatural em qualquer parte do mundo? Assim também os teóricos da monarquia absoluta sempre afirmaram que ela era a única forma natural de governo; descendente do patriarcado, que era a forma primitiva e espontânea da sociedade, modelada à imagem do paternalismo, que é anterior à própria sociedade e, conforme argumentavam, a autoridade mais natural de todas. Aliás, a própria lei da força, para aqueles que não podiam alegar qualquer outra, sempre pareceu ser o mais natural de todos os fundamentos para o exercício da autoridade. As raças conquistadoras sustentam que é imposição da própria Natureza que os conquistados obedeçam aos conquistadores, ou, como eufemisticamente parafraseiam, as raças mais fracas e menos belicosas devem se submeter às mais valentes e viris. Um mínimo de conhecimento da vida na Idade Média mostra como o domínio da nobreza feudal sobre os homens de baixa condição parecia absolutamente natural à própria nobreza, e como parecia antinatural a idéia de uma pessoa de classe inferior reivindicar igualdade a ela, ou exercer autoridade sobre ela. A coisa não parecia diferente para as classes mantidas em sujeição. Os servos emancipados e os cidadãos comuns, mesmo em suas lutas mais renhidas, nunca tiveram qualquer pretensão a um quinhão de autoridade; só exigiam uma limitação maior ou menor do poder que os tiranizava. Assim é que o antinatural significa apenas o incomum, e tudo que é costumeiro parece natural. Sendo a sujeição das mulheres aos homens um costume universal, qualquer desvio desta norma

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006* **189**

## GÊNERO

naturalmente parece antinatural. Mas a experiência mostra que, mesmo neste caso, o sentimento depende inteiramente do costume. Nada causa tanto espanto às pessoas de países distantes, quando tomam conhecimento das coisas da Inglaterra, do que o fato de o país possuir uma rainha: isto lhes parece tão antinatural a ponto de parecer quase incrível. Aos ingleses isto não parece nem um pouco antinatural, já que estão acostumados; mas julgam antinatural que as mulheres sejam soldados ou membros do Parlamento. Nos tempos feudais, pelo contrário, a guerra e a política não eram consideradas antinaturais para as mulheres, porque isto não era incomum; parecia natural que as mulheres das classes privilegiadas fossem de caráter viril, em nada inferiores a seus maridos e pais, exceto em força física. A independência das mulheres parecia bem menos antinatural aos gregos que a outros povos antigos, devido às legendárias amazonas (que eles acreditavam serem personagens históricas), e ao exemplo proporcionado pelas mulheres espartanas, que, embora não menos subordinadas por lei do que em outros estados gregos, eram de fato mais livres, e que por praticarem exercícios físicos da mesma forma que os homens, demonstravam claramente que não eram naturalmente incapacitadas para tais atividades. Sem dúvida que a experiência espartana sugeriu a Platão, dentre muitas de suas doutrinas, a da igualdade social e política dos dois sexos.

Mas, dirão, o domínio dos homens sobre as mulheres difere de todos esses outros na medida em que não é feito pela força, mas aceito voluntariamente, já que as mulheres não protestam, e aceitam sua sujeição. Em primeiro lugar, um grande número de mulheres não a aceita. Desde que surgiram mulheres capazes de tornarem seus sentimentos conhecidos através de seus escritos (a única forma de publicidade que a sociedade lhes permite), um número cada vez maior delas tem registrado protestos contra sua condição social, e recentemente milhares delas, lideradas pelas mulheres mais eminentemente conhecidas do público, reivindicaram ao Parlamento seu direito de voto. A reivindicação das mulheres no sentido de receberem uma educação tão sólida quanto os homens, e nas mesmas áreas de saber, é feita com intensidade cada vez maior e com grandes perspectivas de sucesso, enquanto que a exigência de sua admissão a profissões e ocupações até agora fechadas a elas se torna a cada ano mais insistente. Embora não haja neste país, como há nos Estados Unidos, convenções periódicas e um partido organizado que reivindiquem os Direitos das Mulheres, existe uma sociedade ativa e numerosa, organizada e controlada por mulheres, com o objetivo mais limitado de obter direito de voto. E não é apenas no nosso país e na América do Norte que as mulheres estão começando a protestar, mais ou menos coletivamente, contra as limitações em que trabalham. França, Itália, Suíça e Rússia hoje dão exemplos idênticos. Quantas outras mulheres existem que silenciosamente alimentam aspirações semelhantes, ninguém pode saber; mas há inúmeros sinais de quantas *alimentariam* estas aspirações, se não lhes ensinassem com tanta veemência a reprimi-las sob a alegação de serem contrárias às normas de seu sexo. Deve ser lembrado, também, que nenhuma classe escravizada jamais pediu por liberdade completa imediatamente. Quando Simão de Monforte chamou os parlamentares representantes do povo<sup>2</sup> a se sentarem pela primeira vez no Parlamento,

---

**190** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006



## GÊNERO

por acaso algum deles sonhava exigir que uma assembléia, eleita por seus constituintes, formasse e derrubasse ministérios, e desse ordens ao rei em assuntos de Estado? Tais idéias jamais passaram pela cabeça do mais ambicioso deles. A nobreza já tinha estas pretensões; o povo não tinha outras pretensões que não as de se tornarem isentos de impostos arbitrários, e se livrarem das formas mais flagrantes de opressão individual nas mãos dos ajudantes do rei. É uma lei política da natureza que aqueles que estão sob o domínio de qualquer poder de origem antiga nunca comecem reclamando do poder em si, mas apenas de seu exercício opressivo. Em todas as épocas sempre houve mulheres que protestaram contra os maus-tratos que lhes inflingiam seus maridos. Haveria um número infinitamente maior se o protesto não fosse o maior de todos os incentivos à repetição e ao acirramento dos maus-tratos. É isto que frustra todas as tentativas de manter o poder protegendo as mulheres contra seus abusos. Em nenhum outro caso (exceto no de crianças) a pessoa que se provou judicialmente ter sofrido uma agressão é colocada novamente sob o poder físico do agressor. Desta forma, as esposas, mesmo nos casos mais extremos e prolongados de maus-tratos físicos, quase nunca ousam se valer das leis feitas para sua proteção; e se, num momento de indignação incontida, ou por influência dos vizinhos, são induzidas a fazê-lo, todo seu esforço posterior é no sentido de revelar o mínimo possível, e de livrar seu tirano de seu castigo merecido.

Todas as causas, sociais e naturais, se associam para tornar improvável que as mulheres se rebelem coletivamente contra o poder dos homens. Estão até agora numa posição diferente da de todas as outras classes subjugadas, na medida em que seus senhores exigem delas mais que apenas seus serviços. Os homens não querem apenas a obediência das mulheres, mas seus sentimentos. Todos os homens, exceto os mais insensíveis, desejam ter, na mulher mais ligada a ele, não uma escrava à força e sim voluntária, não simplesmente uma escrava, mas uma favorita. Portanto, usaram todos os recursos com o fim de escravizar suas mentes. Os senhores de todos os outros escravos basearam-se no temor para manter a obediência, seja a eles próprios, ou o religioso. Os senhores das mulheres queriam mais que simples obediência, e dirigiram toda a força da educação para levar a cabo seu propósito. Todas as mulheres são educadas, desde os primeiros anos, na crença de que seu ideal de caráter é oposto ao dos homens; nenhuma vontade própria e nenhum domínio sobre si mesmas, mas submissão e sujeição ao controle de outros. Todas as éticas dizem qual é o dever da mulher, e todos os sentimentalismos dizem qual é sua natureza, qual seja viver para os outros; fazer a mais completa abnegação de si mesma, e não ter outra vida que não a de suas afeições. E por afeições entendem-se apenas aquelas que lhe são permitidas – a afeição ao homem ao qual está ligada, ou aos filhos que constituem um vínculo adicional e indestrutível entre elas e o homem. Quando juntamos essas três coisas – primeiro, a atração natural entre os sexos opostos; segundo, a total dependência da esposa em relação ao marido, sendo que cada privilégio ou prazer que ela tenha seja uma dádiva dele, ou dependa completamente da vontade dele; e, finalmente, que o principal objetivo da atividade humana, o respeito, bem como todos os objetos da ambição social, só podem em geral ser

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006 191*



## GÊNERO

buscados e obtidos por ela através dele – seria um milagre se o objetivo de ser atraente aos homens não tivesse se tornado a estrela guia da educação e da formação do caráter da mulher. E, uma vez conseguido esse importante meio de influenciar as mentes das mulheres, um instinto de egoísmo fez os homens se valerem desse meio ao máximo como uma maneira de manter as mulheres em estado de sujeição, apresentando a elas docilidade, submissão e renúncia a toda vontade individual como uma parte essencial de seu atrativo sexual. Não pode haver dúvida que qualquer um dos outros jugos que a humanidade conseguiu romper teria se mantido até hoje se os mesmos meios tivessem existido, e tivessem sido tão diligentemente usados, para dobrar as mentes dos subjugados. Se se houvesse convencido todo jovem plebeu de que o objetivo da sua vida deveria ser cair nas graças de algum nobre, e a cada jovem servo na de algum senhor; se lhes fosse dito que ser domesticado por ele e receber parte de sua afeição pessoal eram os prêmios a que todos deviam almejar, os mais dotados e desejosos podendo contar com os prêmios mais cobiçados; e se quando esse prêmio tivesse sido obtido, fosse erigida uma muralha que os separasse de todos os outros interesses que não os que dissessem respeito ao senhor, de todos os sentimentos e desejos a não ser aqueles que o senhor partilhasse ou incutisse; não seriam os servos e senhores, plebeus e nobres, tão diferentes hoje como os homens e mulheres o são? E não acreditariam todos, exceto um ou outro pensador, que essa diferença fosse um fato fundamental e inalterável da natureza humana?

As considerações acima são mais que suficientes para demonstrar que o costume, por mais universal que seja, não permite neste caso qualquer presunção, e não deveria criar qualquer preconceito, a favor de sistemas que coloquem as mulheres em sujeição social e política aos homens. Mas posso ir mais longe, e sustentar que a marcha da história, e as tendências da sociedade humana progressista, não só não permitem qualquer inferência a favor deste sistema de desigualdade de direitos, mas sim contra; e que, se é possível inferir algo com base em toda a marcha do progresso humano até agora, e em todo o fluxo das tendências modernas, é que esta relíquia do passado é incompatível com o futuro, e deve necessariamente desaparecer.

Pois qual é a especificidade do mundo moderno – a diferença que mais distingue as instituições, as idéias sociais e a própria vida moderna daquelas de épocas há muito passadas? É o fato de que os seres humanos não nascem mais com uma determinada posição no mundo, não estão mais acorrentados por um vínculo inexorável à posição para a qual nasceram, mas são livres para usar suas faculdades, e as oportunidades favoráveis que se lhes oferecem para conquistar o quinhão que lhes possa parecer mais desejável. A sociedade humana antiga era constituída sobre um princípio muito diferente. Todos nasciam com uma posição social fixa, e eram em sua maioria nela mantidos por lei, ou impedidos de usar quaisquer meios pelos quais pudessem sair dela. Assim como alguns homens nascem brancos e outros pretos, alguns nasciam escravos e outros livres e cidadãos; alguns nasciam nobres,

---

**192** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006*



## GÊNERO

outros plebeus, alguns aristocratas feudais, outros povo e *roturiers*. Um escravo ou servo nunca podia se libertar, nem, exceto pela vontade de seu senhor, ser libertado. Na maioria dos países da Europa, só no final da Idade Média, e como conseqüência do crescimento do poder do rei, é que os plebeus puderam tornar-se nobres. Mesmo entre os nobres, o filho mais velho já nascia como o único herdeiro dos bens paternos, e apenas muito tempo depois é que ficou plenamente estabelecido que o pai poderia deserdá-lo. Dentre as classes trabalhadoras, somente aqueles que nasciam membros de uma guilda, ou eram admitidos a ela por seus membros, podiam exercer legalmente sua ocupação dentro de seus limites locais; e ninguém podia exercer qualquer ocupação considerada importante de nenhuma outra maneira senão a legal – utilizando processos prescritos pela autoridade. Artesãos foram submetidos ao pelourinho por ousarem exercer sua atividade utilizando métodos novos e aperfeiçoados. Na Europa moderna, e principalmente naqueles países onde mais se observaram os outros progressos, agora predominam doutrinas diametralmente opostas. A lei e o governo não se incumbem de determinar quem deve ou não realizar qualquer atividade social ou industrial, ou quais modos de realizá-las serão considerados legais. Tais coisas ficam a critério dos indivíduos. Até mesmo as leis que exigiam que os operários passassem por um período de aprendizado foram revogadas neste país, havendo certeza de que em todos os casos em que o aprendizado é necessário, esta necessidade é suficiente para impô-lo. A teoria antiga era de que o mínimo possível deveria ser deixado a critério do agente individual; que tudo que ele tinha a fazer deveria, na medida do possível, ser-lhe determinado por seus superiores mais sábios. Se agisse por conta própria certamente se sairia mal. A convicção moderna, fruto de mil anos de experiência, é de que as coisas nas quais os indivíduos estão pessoalmente interessados, nunca dão certo a não ser que elas sejam deixadas a seu próprio critério; e se as autoridades tentarem regulamentá-las com qualquer outro fim que não seja o de proteger os direitos dos outros, certamente será nocivo. Esta conclusão, à qual se chegou vagarosamente, e que só foi adotada depois que todas as aplicações possíveis da teoria contrária tinham sido feitas com resultados desastrosos, hoje predomina (no setor industrial) em todos os países mais avançados, e em quase todos que se pretendem avançados. Não que se suponha que todos os processos sejam igualmente bons, ou que todas as pessoas sejam igualmente qualificadas para fazer tudo; mas que a liberdade de escolha individual é sabidamente a única coisa que logra a adoção dos melhores processos, e coloca cada atividade nas mãos daqueles mais qualificados para realizá-la. Ninguém acha necessário determinar por lei que só homens de braço forte possam ser ferreiros. A liberdade e a concorrência são suficientes para fazer com que os ferreiros sejam homens de braços fortes, porque os de braços fracos podem ganhar mais adotando atividades para as quais estejam mais aptos. Em consonância com esta doutrina, acredita-se que seja exorbitar dos limites apropriados da autoridade fixar-se de antemão, baseado em algum pressuposto geral, que determinadas pessoas não são aptas a fazer determinadas coisas. Hoje sabe-se e admite-se que tais pressupostos, se existem, não são infalíveis. Mesmo que estejam bem fundamentados numa maioria de casos, o que provavelmente não estão, haverá uma minoria de casos excepcionais na qual não

---

*Niterói*, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006 **193**



## GÊNERO

têm validade; e nesses casos é tanto uma injustiça para com os indivíduos, quanto um prejuízo para a sociedade colocar barreiras à utilização de suas faculdades para seu próprio benefício e para o dos outros. Por outro lado, nos casos em que a inadequação é real, as motivações normais da conduta humana serão de modo geral suficientes para evitar que pessoas incompetentes tentem ou persistam em tentar.

Se esse princípio geral da ciência social e econômica não é válido; se os indivíduos, com toda a ajuda que possam ter da opinião daqueles que os conhecem, não são melhores juizes de suas próprias capacidades e vocações que a lei e o governo, o mundo deve abandonar este princípio o mais rápido possível e voltar ao velho sistema de regulamentos e restrições. Mas se o princípio é válido, devemos agir como se acreditássemos nele, e não estabelecer que nascer menina em vez de menino, ou negro em vez de branco, ou plebeu em vez de nobre, decidirá a posição das pessoas por toda a vida, impedirá as pessoas de alcançarem as posições sociais mais elevadas e de exercerem todas as ocupações respeitáveis, com exceção de umas poucas. Mesmo se admitíssemos o máximo que se já pretendeu quanto à adequação superior dos homens a todas as funções que hoje lhes são reservadas, aplica-se o mesmo argumento que proíbe exigir-se uma qualificação legal para os candidatos ao Parlamento. Se apenas uma vez em cada 12 anos as condições de elegibilidade excluírem uma pessoa capaz, haverá uma perda real, enquanto que a exclusão de milhares de pessoas incapazes não será nenhum ganho; pois se a constituição do corpo eleitoral os predispuer a escolher pessoas inadequadas, sempre haverá um grande número de pessoas inadequadas elegíveis. Em todas as coisas mais difíceis e importantes, aqueles que as podem fazer bem são em menor número do que é necessário, mesmo sem haver restrições à escolha; e qualquer limitação do campo de escolha priva a sociedade de algumas possibilidades de ser servida pelos competentes, sem jamais livrá-la dos incompetentes.

Atualmente, nos países mais adiantados, as restrições às mulheres são o único caso, com uma única exceção, em que as leis e instituições tomam as pessoas pelo que são quando de seus nascimentos, e estabelecem que nunca, em todas as suas vidas, terão permissão de competir por determinadas coisas. A única exceção é a realeza. As pessoas ainda nascem destinadas ao trono; ninguém, fora da família reinante, pode jamais ocupá-lo, e ninguém, mesmo daquela família, pode, por qualquer outro meio que não o da sucessão hereditária, vir a ocupá-lo. Todas as outras honras e vantagens sociais estão abertas a todos os indivíduos do sexo masculino; muitas, na verdade, só são alcançáveis através de riqueza, mas qualquer um pode lutar por estas riquezas, e, de fato, muitos homens da mais humilde origem o conseguem. Na verdade, as dificuldades são insuperáveis para a maioria, sem a ajuda da sorte; mas nenhum ser humano do sexo masculino está sob qualquer interdição legal; nem a lei nem a opinião superadicionam obstáculos artificiais aos naturais. A realeza, como já disse, é uma exceção; mas neste caso todos sentem que é uma exceção – uma anomalia no mundo moderno, em marcada oposição a seus costu-

---

**194** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006*





## GÊNERO

mes e princípios, a ser justificada apenas por conveniências extraordinárias que, embora indivíduos e nações difiram na estimativa de seu valor, inquestionavelmente de fato existe. Mas nesse caso excepcional, no qual uma alta função social é, por importantes razões, conferida no nascimento, em vez de ser posta em competição, todas as nações livres logram aderir em substância ao princípio que oficialmente desmerecem; já que circunscrevem esta alta função com condições reconhecidamente destinadas a evitar que a pessoa a quem ela supostamente pertence realmente a desempenhe; enquanto que a pessoa por quem é desempenhada, o ministro responsável, obtém o posto por competição da qual nenhum cidadão adulto do sexo masculino é legalmente excluído. Portanto, as restrições às quais as mulheres estão sujeitas, só por terem nascido mulheres, são os únicos exemplos deste tipo na legislação moderna. Em nenhum caso, a não ser estes que abrangem metade da espécie humana, as funções sociais mais altas são interditas a certas pessoas por uma fatalidade de nascimento que nenhum esforço, e nenhuma mudança de circunstâncias, pode superar; isto porque até as restrições religiosas (que, aliás, na *Inglaterra e na Europa*, praticamente deixaram de existir) não atrapalham a carreira de qualquer pessoa sem qualificação religiosa, caso ela se converta.

A subordinação social das mulheres sobressai-se como um fato isolado nas instituições sociais modernas, única violação do que se tornou sua lei fundamental; relíquia única de um mundo velho em pensamentos e costumes, desacreditado em tudo o mais, mas mantido a pretexto de um interesse universal maior; como se um gigantesco dólmen, ou um grande templo de *Júpiter Olympius* ocupasse o lugar da Catedral de Saint Paul e recebesse devoções diárias, enquanto que as igrejas cristãs próximas seriam freqüentadas apenas nas abstinências e festividades. Essa discrepância total entre um fato social e todos aqueles que a ele se associam, e a oposição radical entre sua natureza e o movimento progressista que é o orgulho do mundo moderno, e que sucessivamente pôs fim a todas as outras coisas de caráter análogo, certamente dá muito o que pensar a um consciencioso observador das tendências humanas. Suscita uma inferência *prima facie* em oposição muito mais importante que qualquer inferência que os hábitos e os costumes poderiam, em tais circunstâncias, criar em apoio; e deveria pelo menos bastar para fazer desta opção, assim como entre república e monarquia, uma questão equilibrada.

O mínimo que se pode exigir é que a questão não seja prejudgada pelos fatos e opiniões existentes, mas aberta à discussão sobre seus méritos, como uma questão de justiça e de oportunidade; que a decisão sobre ela, como sobre qualquer dos outros sistemas sociais da humanidade, dependa do que uma avaliação esclarecida das tendências e conseqüências venha a demonstrar ser mais vantajoso à humanidade em geral, sem distinção de sexo. E a discussão deve ser verdadeira, descendo às bases, não se satisfazendo apenas com afirmações vagas e gerais. Não adiantará, por exemplo, afirmar, em termos gerais, que a experiência da humanidade tenha se pronunciado a favor do sistema existente. Não é possível que a experiência tenha se decidido entre duas direções, já que só tomou conhecimento de uma. Se se

---

*Niterói*, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006 **195**





## GÊNERO

disser que a doutrina da igualdade dos sexos só se baseia na teoria, deve-se lembrar que a doutrina oposta também só se baseia em teoria. A única prova em seu favor pela experiência direta é que, sob este sistema, a humanidade tem sido capaz de existir e de atingir o grau de desenvolvimento e prosperidade que hoje observamos; mas a experiência não diz se esta prosperidade foi alcançada mais cedo, ou se é hoje maior do que teria sido sob outro sistema. Por outro lado, a experiência assegura que cada passo em direção ao progresso tem sido acompanhado com tal freqüência por um passo dado no sentido de elevar a posição social das mulheres, que historiadores e filósofos têm sido obrigados a adotar a elevação ou rebaixamento da condição das mulheres como o teste mais seguro e a medida mais correta do grau de civilização de um povo ou de uma época. No decorrer de todo o período progressista da história humana, a condição das mulheres tem-se aproximado da igualdade com os homens. Este fato por si só não prova que a assimilação deva continuar até a completa igualdade, mas certamente permite que se suponha que tal seja o caso.

Tampouco fornece qualquer base para que se diga que a *natureza* dos dois sexos os adapta a suas funções e posições atuais, e as torna apropriadas a eles. Baseando-me no senso comum e na constituição da mente humana, nego que qualquer pessoa conheça, ou possa conhecer, a natureza dos dois sexos, na medida em que foram observados apenas em sua atual inter-relação. Se os homens já houvessem sido encontrados em uma sociedade sem mulheres, ou as mulheres numa sociedade sem homens, ou se houvesse existido uma sociedade de homens e mulheres na qual as mulheres não estivessem sob o controle dos homens, alguma coisa de positivo poderia ter sido conhecida sobre as diferenças mentais e morais que possam ser inerentes à natureza de cada um. O que agora é chamado de natureza das mulheres é algo eminentemente artificial – o resultado de repressão forçada em alguns sentidos, e estimulação antinatural em outros. Pode-se afirmar, sem escrúpulos, que nenhuma outra classe de dependentes jamais teve seu caráter tão deformado de suas proporções naturais em virtude de suas relações com seus senhores; isto porque, se algumas raças conquistadas e escravizadas foram, em alguns aspectos, reprimidas com mais violência, aquilo que nelas não foi esmagado com mão de ferro, em geral foi deixado em paz e, quando deixado com alguma liberdade de movimento, desenvolveu-se de acordo com suas próprias leis; mas, no caso das mulheres, sempre foi feito um tipo de cultivo de estufa de algumas de suas capacidades, para benefício e o prazer de seus senhores. Então, por esta razão certos produtos da força vital geral brotam viçosamente e alcançam um grande desenvolvimento nessa atmosfera aquecida e sob essa nutrição e irrigação ativas, enquanto que outros brotos da mesma raiz, que são deixados do lado de fora, ao vento de inverno, com gelo empilhado propositalmente ao seu redor, têm um crescimento tolhido, e alguns são queimados com fogo e desaparecem; os homens, com aquela incapacidade de reconhecer sua própria obra, o que caracteriza a mente não analítica, negligentemente acreditam que a árvore cresce espontaneamente na forma que a deixaram crescer, e que morreria se metade dela não fosse mantida em banho de vapor e a outra metade na neve.

---

**196** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006





## GÊNERO

De todas as dificuldades que obstam o progresso do pensamento e a formação de opiniões bem fundadas sobre a vida e os sistemas sociais, a maior é hoje a execrável ignorância e desatenção da humanidade a respeito das influências que moldam o caráter humano. Supõe-se que tudo que qualquer fração da espécie humana é, ou parece ser, hoje, o seja por sua tendência natural, mesmo quando o conhecimento mais elementar das circunstâncias sob as quais foram colocadas claramente apontam as causas de serem o que são. Como um meeiro profundamente endividado com seu senhorio não é trabalhador, há quem pense que os irlandeses são preguiçosos por natureza. Como as Constituições podem ser derrubadas quando as autoridades nomeadas para executá-las viram suas armas contra elas, há quem pense que os franceses são incapazes de serem governados livremente. Como os gregos iludiram os turcos, e os turcos apenas pilharam os gregos, há quem pense que os turcos são por natureza mais sinceros; e como as mulheres, como se diz com freqüência, não têm o menor interesse pela política, a não ser por suas personalidades, supõe-se que o bem comum seja naturalmente de menor interesse para as mulheres do que para os homens. A História, que hoje é muito mais bem compreendida que antes, ensina outra lição, ainda que apenas mostrando a extraordinária suscetibilidade da natureza humana às influências externas, e a extrema inconstância daquelas suas manifestações que se supõe serem as mais universais e uniformes. Mas na História, como nas viagens, os homens geralmente só vêem o que já tinham em suas próprias mentes; e poucos aprendem com a História muito mais do que já sabiam ao começar a estudá-la.

Portanto, quanto àquela difícilíssima questão, a saber, quais são as diferenças naturais entre os dois sexos – assunto sobre o qual é impossível, no estado atual da sociedade, obter-se conhecimento completo e correto – enquanto quase todo mundo dogmatiza a respeito dela, quase todos negligenciam e fazem pouco do único meio de se obter qualquer compreensão parcial sobre ela, qual seja, um estudo analítico da parte mais importante da psicologia, as leis da influência das circunstâncias sobre o caráter. Pois, não importa quão grandes e aparentemente inextirpáveis sejam as diferenças morais e intelectuais entre homens e mulheres, quaisquer provas de serem diferenças naturais só poderiam ser negativas. Só as que não poderiam ser artificiais é que se deduzem serem naturais – o resíduo, depois de se subtraírem todas as características de ambos os sexos que possam ser explicadas pela educação ou circunstâncias externas. É indispensável o conhecimento mais profundo das leis da formação de caráter para que se possa afirmar até mesmo que existe qualquer diferença, quanto mais qual é a diferença, entre os dois sexos enquanto seres morais e racionais; como até hoje ninguém tem esse conhecimento (pois dificilmente existirá um assunto que, em proporção à sua importância, tenha sido tão mal estudado), ninguém até agora está autorizado a emitir qualquer opinião positiva sobre este assunto. Tudo que se pode fazer no momento são conjeturas; conjeturas mais ou menos prováveis, mais ou menos autorizadas pelo conhecimento que temos até agora das leis da psicologia, conforme aplicadas à formação do caráter.

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006 197*



## GÊNERO

Mesmo o conhecimento preliminar de quais são hoje as diferenças entre os sexos, afora todas as questões sobre como foram transformadas no que são, está ainda no estado mais tosco e incompleto. Os médicos e os fisiologistas já determinaram, até certo ponto, as diferenças na constituição física; e este é um elemento importante para o psicólogo, embora quase nenhum médico seja psicólogo. No que diz respeito às características mentais das mulheres, suas observações não têm mais valor que as das pessoas comuns. É um assunto sobre o qual não se pode saber nada de definitivo, na medida em que as únicas que realmente podem saber algo, as próprias mulheres, deram pouco testemunho, e esse pouco, em sua maior parte, forçado. É fácil reconhecer-se as mulheres estúpidas. A estupidez é quase a mesma no mundo inteiro. As idéias e sentimentos de uma pessoa estúpida podem ser deduzidas seguramente daquelas que predominam no círculo que a rodeia. Isto não ocorre com aquelas cujas opiniões e sentimentos emanam de sua própria natureza e de suas faculdades. Poucos são os homens que têm um conhecimento razoável sequer do caráter das mulheres de sua própria família. Não falo de suas capacidades, pois essas ninguém conhece, nem elas mesmas, já que a maioria nunca foi evocada. Falo de seus pensamentos e de seus sentimentos. Muitos homens pensam que compreendem perfeitamente as mulheres por terem tido relações amorosas com várias delas, talvez muitas. Se é bom observador, e sua experiência se estende tanto à qualidade quanto à quantidade, pode ter aprendido alguma coisa de uma faceta estreita de sua natureza – uma faceta importante, sem dúvida. Mas, de todo o restante de sua natureza, geralmente poucas pessoas são mais ignorantes, já que há poucas de quem seja tão cuidadosamente escondido. O exemplo mais favorável que um homem pode ter, em geral, para estudar o caráter de uma mulher, é o de sua própria esposa, pois as oportunidades são maiores, e os casos de total afinidade não são tão raros. E de fato, creio, esta é a fonte da qual os conhecimentos dignos de se ter sobre o assunto geralmente têm vindo. Mas a maioria dos homens não tiveram a oportunidade de estudar desta forma mais que um único caso; assim, chega a ser engraçado que se possa inferir como é a esposa de um homem a partir de suas opiniões sobre as mulheres em geral. Para fazer com que mesmo este único caso dê algum resultado, a mulher deve valer a pena ser conhecida, e o homem deve ser não apenas um juiz competente, como também ter um caráter tão afável em si, e tão bem adaptado ao dela, que ele ou possa ler sua mente por intuição afetiva, ou não ter nada nele mesmo que a faça ter vergonha de revelar seu caráter. A meu ver, dificilmente existe algo tão raro quanto essa combinação. Acontece freqüentemente de existir a mais completa unidade de sentimentos e comunhão de interesses quanto a todas as coisas externas e, no entanto, um ter tão pouco acesso à vida interior do outro como se fossem apenas conhecidos. Mesmo havendo verdadeira afeição, a autoridade de um lado e a subordinação do outro impedem que haja uma confiança completa. Ainda que nada seja intencionalmente ocultado, muita coisa não é mostrada. Na relação análoga entre pais e filhos, fenômeno idêntico certamente já deve ter sido observado por todos. Nas relações entre pai e filho, são muitos os casos em que o pai, apesar da afeição verdadeira existente em ambas as partes, claramente não conhece, nem sequer suspeita, de aspectos do caráter do filho que são conheci-

---

**198** *Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006*





## GÊNERO

dos por seus companheiros e colegas. A verdade é que a posição de respeito ao outro é extremamente imprópria a uma sinceridade e abertura completas. O medo de cair no seu conceito e perder seu afeto é tão forte que até um caráter honrado tem a tendência inconsciente de mostrar apenas o melhor lado, ou o lado que, embora não seja o melhor, é o que ele mais gosta de ver; e pode-se dizer com confiança que o conhecimento completo um do outro quase nunca existe, senão entre pessoas que, além de serem íntimas, sejam pares. Quão mais verdadeiro então deve ser tudo isso, quando uma não só está sob a autoridade da outra, mas a traz inculcada nela como um dever de considerar tudo o mais como subordinado ao conforto e prazer do outro, além de não deixá-lo nem ver nem sentir nada que parta dela, exceto o que é agradável a ele. Todas estas dificuldades são obstáculos para que um homem tenha um conhecimento completo até mesmo da única mulher que, em geral, tem oportunidade suficiente de estudar. Quando, além disto, achamos que compreender uma mulher não significa necessariamente compreender qualquer outra mulher; que, mesmo se ele pudesse estudar muitas mulheres de uma classe, ou de um país, não iria necessariamente compreender mulheres de outras classes ou de outros países; e mesmo se o conseguisse, elas seriam ainda apenas mulheres de um único período da História; podemos afirmar, com segurança, que o conhecimento que os homens conseguem obter sobre as mulheres, tal como elas foram e são, sem referência ao que possam ser, é lamentavelmente imperfeito e superficial, e sempre o será, até que as próprias mulheres tenham dito tudo o que têm a dizer.

E esta época não chegou, nem vai chegar, a não ser gradualmente. Apenas recentemente as mulheres, ou foram reconhecidas por seus feitos literários ou tiveram permissão da sociedade para dizer qualquer coisa ao grande público. Até agora, pouquíssimas ousam dizer qualquer coisa que homens, de quem depende seu sucesso literário, não estejam com vontade de ouvir. Lembremos de que maneira, até há pouco tempo, o fato de expressar, mesmo por um autor do sexo masculino, opiniões incomuns ou aquilo que se julga como sentimentos exóticos, geralmente era, e de certa forma ainda é, recebido; e poderemos formar uma tênue idéia das dificuldades que uma mulher, que é educada para pensar que o costume e a opinião são sua lei soberana, encontra ao tentar expressar em livros qualquer coisa tirada do fundo de sua própria natureza. A mulher mais eminente que deixou escritos suficientes para lhe dar um lugar proeminente na literatura de seu país, achou necessário acrescentar como um lema à sua obra mais ousada: "*Un homme peut braver l'opinion: une femme doit s'y soumettre*".<sup>1</sup> A maior parte do que as mulheres escrevem sobre as mulheres é mera bajulação aos homens. No caso das mulheres solteiras, a maior parte do que é escrito parece apenas visar aumentar suas possibilidades de conseguir um marido. Muitas, tanto as casadas quanto as solteiras, ultrapassam os limites, e insinuam uma subserviência além do que qualquer homem deseja ou aprova, exceto os mais vulgares. Mas hoje em dia isto já não é mais tão comum quanto o era ainda recentemente. As mulheres literatas estão ficando mais francas e mais dispostas a expressar seus verdadeiros sentimentos. Infelizmente, especialmente neste país, elas

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006* **199**



## GÊNERO

próprias são produtos tão artificiais que suas opiniões são compostas de uma pequena parte de observação e consciência individuais e uma parte bem grande de idéias adquiridas de terceiros. Isto tende a ocorrer cada vez menos, mas vai continuar assim durante muito tempo, enquanto as instituições sociais não admitirem o mesmo livre desenvolvimento da originalidade nas mulheres que é concedido aos homens. Quando essa época chegar, e não antes, veremos, e não apenas ouviremos, tudo o que é necessário para conhecermos a natureza das mulheres, e a adaptação das outras coisas a ela.

Estendi-me tanto sobre as dificuldades que, no momento, impedem os homens de obterem qualquer conhecimento real da verdadeira natureza das mulheres, porque aqui, como em tantas outras coisas, "*opinio copiae inter maximas causas inopiae est*"; e há pouca esperança de se conseguir opiniões razoáveis sobre a questão, enquanto as pessoas se gabarem de compreenderem perfeitamente um assunto do qual a maioria dos homens não conhece absolutamente nada, e do qual é, no momento, impossível que qualquer homem, ou todos juntos, tenham qualquer conhecimento que pudesse habilitá-los a estipular com firmeza, para as mulheres, qual é, ou qual não é, sua vocação. Felizmente, não é necessário um tal conhecimento para qualquer objetivo prático ligado à posição das mulheres em relação à sociedade e à vida. Pois, de acordo com todos os princípios envolvidos na sociedade moderna, a questão compete às próprias mulheres – para ser decidida por sua própria experiência e pelo uso de suas próprias faculdades. Não há meios de se descobrir o que uma ou muitas pessoas podem fazer, a não ser através de tentativas – e nem há meios pelos quais qualquer pessoa possa descobrir, por si própria, o que deve fazer, ou deixar de fazer, para sua felicidade.

De uma coisa podemos estar certos – de que o que é contrário à natureza das mulheres, elas nunca o farão optando simplesmente por dar liberdade à sua natureza. A ansiedade da humanidade em interferir em benefício da natureza, com receio de a natureza não conseguir realizar seus propósitos, é uma preocupação totalmente desnecessária. Daquilo que por natureza as mulheres não podem fazer, é totalmente supérfluo proibi-las. Daquilo que elas podem fazer, mas não tão bem quanto os homens, que são seus concorrentes, a competição é suficiente para excluí-las, já que ninguém reclama medidas protecionistas e subvenções oficiais em favor das mulheres; tudo o que se reclama é que as atuais subvenções e impostos protecionistas a favor dos homens sejam cancelados. Se as mulheres têm mais inclinação natural para algumas coisas do que para outras, há necessidade de leis ou de persuasão social para fazer com que a maioria delas prefira as primeiras às últimas. Sejam quais forem os serviços para os quais a participação das mulheres é mais desejada, o livre jogo da competição assegurará os mais fortes incentivos para que elas os realizem. E como as palavras sugerem, elas são mais solicitadas para as coisas as quais melhor se adaptam; ao atribuir-lhes tais atividades, as faculdades coletivas dos dois sexos podem ser aplicadas de modo geral com maior soma de resultados positivos.

---

**200** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006





## GÊNERO

Supõe-se que a opinião generalizada dos homens seja que a vocação natural da mulher é a de esposa e mãe. Eu digo que se supõe porque, a julgar pelas atitudes – de toda a sociedade atual – pode-se deduzir que a opinião deles fosse justamente a oposta. Eles poderiam pensar que a alegada vocação natural das mulheres fosse, de todas as coisas, a mais repugnante a suas naturezas; a tal ponto que, se forem livres para fazer qualquer outra coisa – se quaisquer outros meios de vida, ou qualquer outro emprego de seu tempo e de suas faculdades, que tenham qualquer possibilidade de lhes parecer agradável, lhes forem franqueados – não haverá um número suficiente delas que queiram aceitar a condição que se diz ser natural a elas. Se esta é a verdadeira opinião dos homens em geral, seria melhor que fosse dita claramente. Eu gostaria de ouvir alguém enunciar abertamente a doutrina (já implícita em muito do que foi escrito sobre o assunto) – “É necessário para a sociedade que as mulheres se casem e gerem filhos. Elas não farão isso a menos que sejam obrigadas. Por isso, é necessário obrigá-las”. Os méritos da questão estariam então claramente definidos. Seria o mesmo que os dos senhores de escravos da Carolina do Sul e da Luisiânia. “É necessário que o algodão e o açúcar sejam cultivados. Os homens brancos não podem fazê-lo. Os negros não o farão por nenhum salário que resolvamos pagar-lhes. Ergo devem ser obrigados a fazê-lo.” Um exemplo ainda mais adequado é o do recrutamento compulsório. É absolutamente necessário que haja marinheiros que defendam o país. Freqüentemente acontece de eles não se alistarem voluntariamente. Portanto, é necessário que haja uma força que os obrigue. Quão freqüentemente esta lógica tem sido usada! E, se não fosse por uma falha na mesma, sem dúvida teria sido bem-sucedida até os dias de hoje. Mas está aberta à réplica. Primeiramente, pague-se aos marinheiros o valor justo de seu trabalho. Quando você tiver feito com que valha tanto a pena servir-lhe quanto trabalhar para outros empregadores, você não terá mais dificuldades do que os outros têm em obter os seus serviços. A isto não há qualquer resposta lógica exceto “não quero”: e como as pessoas hoje não apenas têm vergonha, mas também não desejam roubar aos trabalhadores o seu salário, não se defende mais o recrutamento compulsório. Aqueles que tentam forçar as mulheres a se casarem fechando-lhes todas as outras portas, expõem-se a réplica semelhante. Se o que dizem é o que pensam, sua opinião deve ser evidentemente a de que os homens não tornam a condição de casada tão desejável às mulheres que as induza a aceitá-la por seus próprios méritos. Quando se permite apenas a chamada opção de Hobson, “ou isto ou nada”, certamente não considera aquilo que oferece muito desejável. E aqui, creio eu, está a chave para os sentimentos desses homens, que têm uma verdadeira antipatia para com a liberdade das mulheres. Creio que têm medo, não de que as mulheres não queiram casar-se, pois não creio que ninguém na verdade tenha esta apreensão; mas que elas insistam que o casamento seja em igualdade de condições; que todas as mulheres de espírito e caráter prefiram fazer quase qualquer outra coisa que não lhes parece degradante, a casar-se, quando o casamento representar subordinar-se a um senhor, e senhor de todos os seus bens terrenos. E na verdade, se essa consequência fosse necessariamente inerente ao casamento, penso que a apreensão seria muito bem justificada. Concordo que é provável que poucas mulheres, capazes de qualquer outra coisa,

---

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006 201



## GÊNERO

fossem, a menos que sob um *entraînement* irresistível, que as tornasse temporariamente insensíveis a qualquer outra coisa, escolher tal destino, quando outros meios estivessem abertos a elas para ocupar um lugar convencionalmente honrado na vida; e se os homens decidirem que a lei do casamento será uma lei de despotismo, estão absolutamente corretos, por uma simples questão de política, deixando para as mulheres apenas a opção de Hobson. Mas neste caso, tudo o que foi feito no mundo moderno para afrouxar os grilhões que aprisionavam as mentes das mulheres foi um erro. Nunca se deveria ter permitido que recebessem uma educação literária. As mulheres que lêem, e muito mais as que escrevem, são, na atual disposição de coisas, uma contradição e um fator perturbador; e foi um erro ensinar às mulheres quaisquer outras habilidades que não as de Odisca, ou de empregada doméstica.

### Notas

<sup>1</sup> Nota do editor: Trata-se da primeira parte desse artigo, publicado no livro *Ensaio sobre a igualdade sexual*, de John Stuart Mill e Harriet Taylor Mill, editado e introduzido por Alice S. Rossi pela The University of Chicago Press. A tradução é de Leila de Souza Mendes Pereira, com revisão de Paulo Henriques de Brito (da PUC/RJ) e Antonio de Lima Brito (do IPEA/INPES).

<sup>2</sup> No original, *deputies of the commons*. [N. da T.].

<sup>3</sup> Frontispício de *Delphine*, de Mme. de Staël.